



Diário Oficial do **EXECUTIVO**

Prefeitura Municipal de Ichu – BA

quinta-feira, 25 de março de 2021 ♦ Ano: XII ♦ Edição Ordinária nº. 1348 ♦ Caderno: 1 ♦ Página: 1

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO



- » RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO/1º. BIMESTRE 2021.
- » ATO DE PROMULGAÇÃO Nº. 02/2021.
- » ATO DE PROMULGAÇÃO Nº. 03/2021.
- » DECRETOS Nºs 095 E 96/2021.
- » PORTARIAS Nºs 21 E 25, DE 25 DE MARÇO DE 2021.



**imprensa
oficial**



A publicidade **LEGAL**
levada a **SÉRIO**.

MUNICÍPIO DE ICHU - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO - 1º TRIMESTRE 2021

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "c" e "d" do inciso II e §1º)

Em R\$ mil

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)	(VIII)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.500.000,00	33.500.000,00	2.348.427,51	10,00	3.348.427,51	10,00	30.151.572,49
RECEITAS CORRENTES	30.175.000,00	30.175.000,00	3.348.427,51	11,10	3.348.427,51	11,10	26.826.572,49
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.790.000,00	1.790.000,00	62.591,06	3,67	62.591,06	3,67	1.627.408,94
Impostos	1.350.000,00	1.350.000,00	38.867,26	2,86	38.867,26	2,86	1.311.532,74
Taxas	340.000,00	340.000,00	24.724,80	6,96	24.724,80	6,96	315.275,20
RECEITA PATRIMONIAL	201.000,00	201.000,00	513,20	0,26	513,20	0,26	200.486,80
Variação Mobiliária	191.000,00	191.000,00	513,20	0,27	513,20	0,27	190.486,80
Conta de Dúvidas	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	118.000,00	118.000,00	-	0,00	-	0,00	118.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	110.000,00	110.000,00	-	-	-	-	110.000,00
TRANSPFERÊNCIAS CORRENTES	27.782.000,00	27.782.000,00	3.285.262,25	11,82	3.285.262,25	11,82	24.496.737,75
Transferências da União e de suas Entidades	10.000.000,00	10.000.000,00	2.354.602,75	12,77	2.354.602,75	12,77	10.685.397,25
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.391.000,00	4.391.000,00	269.703,42	6,14	269.703,42	6,14	4.121.296,58
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.354.000,00	4.354.000,00	660.956,08	15,18	660.956,08	15,18	3.693.043,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	375.000,00	375.000,00	-	0,00	-	0,00	375.000,00
Multas, Administrativas, Contratuais e Judiciais	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	60.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	245.000,00	245.000,00	-	-	-	-	245.000,00
Demais Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	50.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.325.000,00	3.325.000,00	-	0,00	-	0,00	3.325.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	100.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	100.000,00
ALICAÇÃO DE RECURSOS	100.000,00	100.000,00	-	0,00	-	0,00	100.000,00
Alocação de Recursos	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.125.000,00	3.125.000,00	-	0,00	-	0,00	3.125.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	3.125.000,00	3.125.000,00	-	-	-	-	3.125.000,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	-	-	-	0,00	-	0,00	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.500.000,00	33.500.000,00	3.348.427,51	10,00	3.348.427,51	10,00	30.151.572,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	0,00	-	0,00	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-
Mobilização	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-
Mobilização	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	33.500.000,00	33.500.000,00	3.348.427,51	10,00	3.348.427,51	10,00	30.151.572,49
DEBITO LÍQUIDO	-	-	-	0,00	-	0,00	-
TOTAL COM DEBITO LÍQUIDO (VI) = (V - IV)	33.500.000,00	33.500.000,00	3.348.427,51	10,00	3.348.427,51	10,00	30.151.572,49
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Antecipada em Exercício Anterior - RPA	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em Exercício Anterior - SEA	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI) = (V - IV)	(VII)	(VIII)	(IX) = (VIII - VII)	(X)	(XI)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	33.500.000,00	33.500.000,00	11.618.960,28	11.618.960,28	21.881.039,72	1.402.731,45	1.402.731,45	32.097.268,55	1.377.738,65	0,00
DESPESAS CORRENTES	27.820.000,00	27.820.000,00	11.618.960,28	11.618.960,28	16.201.039,72	1.243.200,00	1.243.200,00	26.577.839,72	1.218.300,00	0,00
PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.575.000,00	17.575.000,00	9.585.751,96	9.585.751,96	8.000.000,00	900.000,00	900.000,00	16.675.000,00	900.000,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00	-	-	5.000,00	-	-	5.000,00	-	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.240.000,00	10.240.000,00	1.645.585,32	1.645.585,32	8.600.788,48	302.631,90	302.631,90	9.944.838,72	277.647,10	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.278.000,00	5.278.000,00	377.000,00	377.000,00	4.901.000,00	199.450,45	199.450,45	5.078.549,55	199.450,45	0,00
INVESTIMENTOS	4.125.000,00	4.125.000,00	17.000,00	17.000,00	4.108.000,00	-	-	4.108.000,00	-	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	452.000,00	452.000,00	360.000,00	360.000,00	92.000,00	199.450,45	199.450,45	252.549,55	199.450,45	0,00
SUBSIDIOS E CONTRIBUIÇÕES	302.000,00	302.000,00	-	-	302.000,00	-	-	302.000,00	-	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (IX) = (VII + VIII)	33.500.000,00	33.500.000,00	11.618.960,28	11.618.960,28	21.881.039,72	1.402.731,45	1.402.731,45	32.097.268,55	1.377.738,65	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (X)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	33.500.000,00	33.500.000,00	11.618.960,28	11.618.960,28	21.881.039,72	1.402.731,45	1.402.731,45	32.097.268,55	1.377.738,65	0,00
DESPESA LÍQUIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XII) = (XI - XII)	33.500.000,00	33.500.000,00	11.618.960,28	11.618.960,28	21.881.039,72	1.402.731,45	1.402.731,45	32.097.268,55	1.377.738,65	0,00
DEBITO LÍQUIDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

JOSÉ CARVALHO LOPES (RPPS)
Presidente
CPF: 1.976.776-046-10JOSÉ CARVALHO LOPES (RPPS)
Presidente
CPF: 1.976.776-046-10ANDERSON LOPES OLIVEIRA (RPPS)
Presidente
CPF: 000.000-000-00



MUNICÍPIO DE ICHU - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO - 1º BIMESTRE 2021

RRRO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alinea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS				DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
				(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k) = (g - i)	(l) = (k - j)	(m)	
FUNÇÕES	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS (1)	33.500.000,00	903.000,00	33.500.000,00	1.610.960,28	100,00	864.691,43	7,45	21.889.030,72	1.402.731,45	138.170,76	1.402.731,45	9,85	32.097.268,55	0,00	0,00	
	LEGISLATIVA	903.000,00	903.000,00	903.000,00	864.691,43	100,00	864.691,43	7,45	38.908,57	138.170,76	138.170,76	138.170,76	9,85	764.829,24	0,00	0,00	
	Ação Legislativa	903.000,00	903.000,00	903.000,00	864.691,43	100,00	864.691,43	7,45	38.908,57	138.170,76	138.170,76	138.170,76	9,85	764.829,24	0,00	0,00	
	ADMINISTRATIVA	2.917.000,00	2.917.000,00	2.917.000,00	1.692.297,37	145,57	1.692.297,37	14,57	1.224.702,63	165.723,73	165.723,73	165.723,73	11,81	2.751.276,27	0,00	0,00	
	Administração Geral	2.825.000,00	2.825.000,00	2.825.000,00	1.641.297,37	14,14	1.641.297,37	14,14	1.183.702,63	161.457,64	161.457,64	161.457,64	11,51	2.663.542,36	0,00	0,00	
	Controle Interno	92.000,00	92.000,00	92.000,00	51.000,00	0,44	51.000,00	0,44	41.000,00	4.266,09	4.266,09	4.266,09	0,30	87.733,91	0,00	0,00	
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.168.000,00	2.168.000,00	2.168.000,00	542.600,58	4,67	542.600,58	4,67	1.625.399,42	509.721,28	509.721,28	509.721,28	3,63	2.117.277,72	0,00	0,00	
	Administração Social	2.168.000,00	2.168.000,00	2.168.000,00	542.600,58	4,67	542.600,58	4,67	1.625.399,42	509.721,28	509.721,28	509.721,28	3,63	2.117.277,72	0,00	0,00	
	Administração de Proteção e Defesa	25.000,00	25.000,00	25.000,00	330.360,58	0,00	330.360,58	0,00	25.000,00	31.002,87	31.002,87	31.002,87	0,12	24.697,13	0,00	0,00	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.087.000,00	1.087.000,00	1.087.000,00	80.000,00	0,69	80.000,00	0,69	80.000,00	7.835,12	7.835,12	7.835,12	0,56	159.164,88	0,00	0,00	
SUBFUNÇÕES	SAÚDE	1.687.000,00	1.687.000,00	1.687.000,00	131.500,00	1,13	131.500,00	1,13	990.500,00	12.134,29	12.134,29	12.134,29	0,87	1.109.865,71	0,00	0,00	
	Administração Geral	1.708.000,00	1.708.000,00	1.708.000,00	2.467.369,95	21,25	2.467.369,95	21,25	6.617.916,05	327.753,02	327.753,02	327.753,02	23,37	8.759.246,98	0,00	0,00	
	Ação Básica	3.021.000,00	3.021.000,00	3.021.000,00	803.657,94	6,92	803.657,94	6,92	1.074.342,06	136.141,33	136.141,33	136.141,33	9,71	1.741.858,67	0,00	0,00	
	Atenção Hospitalar e Ambulatorial	3.525.000,00	3.525.000,00	3.525.000,00	784.470,00	6,76	784.470,00	6,76	2.116.530,00	93.901,55	93.901,55	93.901,55	6,69	2.807.098,45	0,00	0,00	
	Atenção Especializada	3.525.000,00	3.525.000,00	3.525.000,00	784.470,00	6,76	784.470,00	6,76	2.116.530,00	93.901,55	93.901,55	93.901,55	6,69	2.807.098,45	0,00	0,00	
	Atenção Primária	3.525.000,00	3.525.000,00	3.525.000,00	784.470,00	6,76	784.470,00	6,76	2.116.530,00	93.901,55	93.901,55	93.901,55	6,69	2.807.098,45	0,00	0,00	
	Atenção Especializada	3.525.000,00	3.525.000,00	3.525.000,00	784.470,00	6,76	784.470,00	6,76	2.116.530,00	93.901,55	93.901,55	93.901,55	6,69	2.807.098,45	0,00	0,00	
	Atenção Primária	3.525.000,00	3.525.000,00	3.525.000,00	784.470,00	6,76	784.470,00	6,76	2.116.530,00	93.901,55	93.901,55	93.901,55	6,69	2.807.098,45	0,00	0,00	
	Atenção Especializada	3.525.000,00	3.525.000,00	3.525.000,00	784.470,00	6,76	784.470,00	6,76	2.116.530,00	93.901,55	93.901,55	93.901,55	6,69	2.807.098,45	0,00	0,00	
	Atenção Primária	3.525.000,00	3.525.000,00	3.525.000,00	784.470,00	6,76	784.470,00	6,76	2.116.530,00	93.901,55	93.901,55	93.901,55	6,69	2.807.098,45	0,00	0,00	
SUBFUNÇÕES	EDUCAÇÃO	11.780.000,00	11.780.000,00	11.780.000,00	3.998.078,50	34,43	3.998.078,50	34,43	7.781.921,50	294.555,02	13.454,28	294.555,02	21,00	11.485.444,98	0,00	0,00	
	Administração Geral	1.914.000,00	1.914.000,00	1.914.000,00	279.982,50	2,41	279.982,50	2,41	1.834.017,50	24.933,18	24.933,18	24.933,18	1,78	1.889.066,82	0,00	0,00	
	Ensino Fundamental	4.850.000,00	4.850.000,00	4.850.000,00	2.972.000,00	25,60	2.972.000,00	25,60	1.878.000,00	218.706,04	218.706,04	218.706,04	15,59	4.631.293,96	0,00	0,00	
	Ensino Médio	19.000,00	19.000,00	19.000,00	-	-	-	-	19.000,00	-	-	-	0,00	19.000,00	0,00	0,00	
	Ensino Superior	87.000,00	87.000,00	87.000,00	-	-	-	-	87.000,00	-	-	-	0,00	87.000,00	0,00	0,00	
	Educação Infantil	1.890.000,00	1.890.000,00	1.890.000,00	-	-	-	-	1.890.000,00	-	-	-	0,00	1.890.000,00	0,00	0,00	
	Educação de Jovens e Adultos	35.000,00	35.000,00	35.000,00	-	-	-	-	35.000,00	-	-	-	0,00	35.000,00	0,00	0,00	
	Educação Básica	2.980.000,00	2.980.000,00	2.980.000,00	28.096,00	0,24	28.096,00	0,24	2.951.904,00	183,33	183,33	183,33	0,01	2.980.000,00	0,00	0,00	
	Administração Geral	673.000,00	673.000,00	673.000,00	50.000,00	0,43	50.000,00	0,43	623.000,00	183,33	183,33	183,33	0,01	672.816,67	0,00	0,00	
	Desenho Cultural	212.000,00	212.000,00	212.000,00	50.000,00	0,43	50.000,00	0,43	162.000,00	183,33	183,33	183,33	0,01	211.816,67	0,00	0,00	
SUBFUNÇÕES	URBANISMO	4.302.000,00	4.302.000,00	4.302.000,00	1.156.716,39	9,96	1.156.716,39	9,96	3.132.566,61	146.957,11	146.957,11	146.957,11	10,48	4.142.325,89	0,00	0,00	
	Administração Geral	4.302.000,00	4.302.000,00	4.302.000,00	1.156.716,39	9,96	1.156.716,39	9,96	3.132.566,61	146.957,11	146.957,11	146.957,11	10,48	4.142.325,89	0,00	0,00	
	Urbanização	1.324.000,00	1.324.000,00	1.324.000,00	598.386,39	3,43	598.386,39	3,43	725.613,61	64.464,97	64.464,97	64.464,97	4,60	1.259.148,63	0,00	0,00	
	Urbanização Rural	1.652.000,00	1.652.000,00	1.652.000,00	598.386,39	3,43	598.386,39	3,43	1.053.613,61	64.464,97	64.464,97	64.464,97	3,65	1.589.148,63	0,00	0,00	
	Serviços Urbanos	1.253.000,00	1.253.000,00	1.253.000,00	758.330,00	6,53	758.330,00	6,53	494.670,00	82.492,14	82.492,14	82.492,14	5,88	1.170.507,86	0,00	0,00	
	SANEAMENTO	39.000,00	39.000,00	39.000,00	-	-	-	-	39.000,00	-	-	-	0,00	39.000,00	0,00	0,00	
	Serviços Urbanos	39.000,00	39.000,00	39.000,00	-	-	-	-	39.000,00	-	-	-	0,00	39.000,00	0,00	0,00	
	AGRICULTURA	313.000,00	313.000,00	313.000,00	103.185,00	0,89	103.185,00	0,89	209.815,00	9.603,00	9.603,00	9.603,00	0,68	303.397,00	0,00	0,00	
	Administração Geral	148.000,00	148.000,00	148.000,00	85.725,00	0,74	85.725,00	0,74	62.275,00	8.523,00	8.523,00	8.523,00	0,61	139.477,00	0,00	0,00	
	Promoção da Produção Agropecuária	165.000,00	165.000,00	165.000,00	17.460,00	0,15	17.460,00	0,15	147.540,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	0,08	163.920,00	0,00	0,00	
SUBFUNÇÕES	ENERGIA ELÉTRICA	252.000,00	252.000,00	252.000,00	100.000,00	0,86	100.000,00	0,86	152.000,00	-	-	-	0,00	252.000,00	0,00	0,00	
	Energia Elétrica	252.000,00	252.000,00	252.000,00	100.000,00	0,86	100.000,00	0,86	152.000,00	-	-	-	0,00	252.000,00	0,00	0,00	

ENCARGOS ESPECIAIS	764.000,00	776.717,00	636.561,06	636.561,06	5,48	140.155,94	268.813,20	268.813,20	19,16	507.903,80	0,00
Serviço de Dívida Interna	455.000,00	455.000,00	360.000,00	360.000,00	3,10	95.000,00	159.450,65	159.450,65	11,37	295.549,35	0,00
Outros Encargos Especiais	309.000,00	321.717,00	276.561,06	276.561,06	2,38	45.155,94	109.362,55	109.362,55	7,80	212.354,45	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	302.000,00	302.000,00	-	-	0,00	302.000,00	-	-	0,00	302.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORGANIZACIONAIS (II)	-	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	33.500.000,00	33.500.000,00	11.610.960,28	11.610.960,28	100,00	21.889.039,72	1.402.731,45	1.402.731,45	100,00	32.097.268,55	0,00

JOSE GONZAGA CARDENIRO
Prefeito(a)
CPF : 276.776.345-15

JOANICE SOARES DOS REIS
Contador(a)
Reg. Prof.: CRC-BA/29941/02

ANDERSON LUIZ OLIVEIRA PEREIRA
Tecnico(a)
CPF : 046.036.866-20

MUNICÍPIO DE ICHU - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇÃO FISCAL
MARÇO DE 2020 A FEVEREIRO DE 2021



BREJO - Anexo 3.1.1.BE - Art. 53 (inciso II).

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANUÁRIO	FEBREIRO				
RECEITAS CORRENTES (I)															
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.277,55	45.123,37	41.490,25	37.666,97	351.318,94	36.652,08	27.883,36	31.642,85	59.700,36	11.870,81	50.713,25	776.053,51	1.700.000,00		
ITR	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
ISS	11.784,55	6.792,22	9.037,16	8.665,10	291.762,84	103.501,08	13.800,31	7.830,44	12.397,73	5.236,68	3.801,03	387.287,00	654.000,00		
ITBI	16.898,15	17.452,79	28.077,55	30.042,56	1.064,25	90,00	13.800,31	23.010,40	44.641,75	1.644,00	1.000,00	6.996,25	70.000,00		
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.000,95	22.906,50	1.215,28	14,55	506,00	485,00	1.000,00	308,27	1.000,00	1.786,77	219,50	56.534,17	345.000,00		
Contribuições	-	-	-	-	403,60	246,35	-	-	-	-	-	-	-		
Contribuição de Melhoria	1.001,00	1.001,00	1.001,00	991,00	841,29	403,60	246,35	310,34	292,58	279,72	231,87	281,33	301.000,00		
RECEITAS DE CAPITAL (II)															
Recebimentos de Aplicação Financeira	1.010,99	1.137,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Receitas de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Receitas de Transferências	1.847,64	1.609.795,61	1.609.795,61	2.076.712,37	2.085.330,99	1.697.167,65	1.666.423,56	1.785.849,93	2.423.080,370	1.684.827,32	2.111.850,54	2.140.077,62	10.000,00		
Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contas a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contas a Receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contas a Receber de PPM	663.666,69	693.560,49	504.510,19	973.387,36	618.319,99	899.601,60	670.140,22	888.286,26	1.324.503,41	987.645,07	1.208.337,28	5.807.287,58	12.800.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	148.779,49	165.700,19	173.187,22	157.812,22	251.524,34	153.532,01	170.020,20	1.826.016,04	4.000.000,00		
Contas a Receber de PPM - 12 meses	158.990,99	114.275,59	116.207,44	118.626,13	14										



MUNICÍPIO DE ICHU - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO - 1º BIMESTRE 2021

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
RECEITAS CORRENTES (I) Receita de Contribuições dos Segurados Ativo Inativo Pensionista Receita de Contribuições Patronais Ativo Inativo Pensionista Receita Patrimonial Receitas Imobiliárias Receitas de Valores Mobiliários Outras Receitas Patrimoniais Receita de Serviços Outras Receitas Correntes Compensação Financeira entre os regimes Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II.1) Demais Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (III) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital		NÃO SE APLICA AO MUNICÍPIO			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios Aposentadorias Pensões por Morte Outras Despesas Previdenciárias Compensação Financeira entre os regimes Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)					
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
VALOR					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
VALOR					
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS				
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro					
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos					
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
RECEITAS CORRENTES (VII) Receita de Contribuições dos Segurados Ativo Inativo Pensionista Militar Ativo Inativo Pensionista Receita de Contribuições Patronais Ativo Inativo Pensionista Militar Ativo Inativo Pensionista Receita Patrimonial Receitas Imobiliárias Receitas de Valores Mobiliários Outras Receitas Patrimoniais Receita de Serviços Outras Receitas Correntes Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS Demais Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (VIII) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital					
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)					

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária entre os regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)¹	-	-	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					
Recursos para Formação de Reserva					
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Receitas Correntes					
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	-	-	-	-	-
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)					
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
Despesas de Capital (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	-	-	-	-	-
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)²					

JOSE GONZAGA CARNEIRO
(Prefeito)

CPF: 1.276.778.345-15

JONANDE SOARES DOS REIS
(Controlador)

Reg. Prof.: CRC-BA29681102

ANDERSON LUIZ OLIVEIRA PEREIRA
(Tribunador)

CPF: 1.648.038.868-20



MUNICÍPIO DE IÇU - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO - 1º BIMESTRE 2021

RECEITAS PRIMÁRIAS										PREVISÃO ATUALIZADA		ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2021							
														RECEITAS REALIZADAS				(a)			
RECEITAS CORRENTES (I)												30.175.000,00								3.348.427,51	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria												1.704.000,00								62.551,06	
IPTU												160.000,00								1.155,59	
ISS												654.000,00								9.066,71	
ITBI												70.000,00								3.612,00	
IRRF												475.000,00								25.033,16	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria												345.000,00								23.683,80	
Contribuições																					
Receita Patrimonial												201.000,00								513,20	
Aplicações Financeiras (II)												191.000,00								513,20	
Outras Receitas Patrimoniais												10.000,00									
Transferências Correntes												27.785.000,00								3.285.363,25	
Cota-Parte do FPM												10.600.000,00								1.788.786,71	
Cota-Parte do ICMS												3.200.000,00								242.812,19	
Cota-Parte do IPVA												160.000,00								11.788,50	
Cota-Parte do TTR												8.000,00									
Transferências de LC 87/1996												12.000,00									
Transferências de LC 61/1989												30.000,00								2.665,85	
Transferências do FUNDECB												6.229.000,00								953.446,81	
Outras Transferências Correntes												7.546.000,00								285.863,39	
Demais Receitas Correntes												485.000,00									
Outras Receitas Financeiras (III)																					
Receitas Correntes Restantes												485.000,00									
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)												29.984.000,00								3.347.914,31	
RECEITAS DE CAPITAL (V)												3.325.000,00									
Operações de Crédito (VI)												100.000,00									
Amortização de Empréstimos (VII)																					
Alienação de Bens												100.000,00									
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)																					
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)																					
Outras Aliações de Bens												100.000,00									
Transferências de Capital												3.125.000,00									
Convênios												2.445.000,00									
Outras Transferências de Capital												680.000,00									
Outras Receitas de Capital																					
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)																					
Outras Receitas de Capital Primárias																					
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)												3.225.000,00									
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)												33.209.000,00								3.347.914,31	
DESPESAS PRIMÁRIAS										DOTAÇÃO ATUALIZADA				Até o Bimestre/2021							
												DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (a)		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (b)			
DESPESAS CORRENTES (XIII)										27.935.810,80		11.233.960,28		1.243.280,80		1.218.308,00		114.593,35		662,00	
Pessoal e Encargos Sociais										17.679.517,00		9.588.374,96		940.660,90		940.660,90		66.586,00			
Juros e Encargos da Dívida (XIV)										5.000,00											
Outras Despesas Correntes										10.251.301,80		1.645.585,32		302.619,90		277.647,10		48.007,35		662,00	
Transferências Constitucionais e Legis																					
Demais Despesas Correntes										10.251.301,80		1.645.585,32		302.619,90		277.647,10		48.007,35		662,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)										27.930.810,80		11.233.960,28		1.243.280,80		1.218.308,00		114.593,35		662,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)										5.262.181,20		377.000,00		159.450,65		159.450,65					
Investimentos										4.810.181,20		17.000,00									
Inversões Financeiras																					
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)																					
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)																					
Aquisição de Título de Crédito (XX)																					
Demais Inversões Financeiras																					
Amortização da Dívida (XX)										452.000,00		360.000,00		159.450,65		159.450,65					
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)										4.810.181,20		17.000,00									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)										302.000,00											
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)										33.043.000,00		11.250.960,28		1.243.280,80		1.218.308,00		114.593,35		662,00	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]																				2.014.350,96	
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO																				VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência																				116.000,00	
JUROS NOMINAIS																				Até o Bimestre/2021	
																				VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)																				513,20	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)																					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)																				2.014.864,16	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL																				VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência																				709.000,00	
ABAIXO DA LINHA																					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL												Em 31/Dez/2020 (a)		SALDO				Até o Bimestre (b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)																9.750.164,40		9.533.410,02			
DEBITOS (XXIX)																1.332.786,70		3.284.448,07			
Disponibilidade de Caixa																1.332.786,70		3.284.448,07			
Disponibilidade de Caixa Bruta																1.894.780,34		3.731.848,36			
(c) Restos a Pagar Processados (XXX)																561.993,64		447.400,29			
Demais Háveres Financeiros																					
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)																8.417.377,70		6.248.961,95			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb - XXXIc)																		2.168.415,75			
AJUSTE METODOLÓGICO																				Até o Bimestre/2021	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)																				114.593,35	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)																					
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)																					
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)																					
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)																					
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)																					
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)																					
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)																				2.053.822,40	
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)																				2.053.309,20	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS																				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES																					
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS																					
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais																					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS																					

JOSE GONZAGA CARNEIRO
Prefeito(a)
CPF: 278.778.345-15

JONANICE SOARES DOS REIS
Secretária(a)
Reg. Prof.: CRC-BA/29581/02

ANDERSON LUIZ OLIVEIRA FERREIRA
Tecnólogo(a)
CPF: 048.038.895-20



MUNICÍPIO DE KURU - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO - 1º BIMESTRE 2021

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RS 1.00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Ano: 212 e 212-A da Constituição Federal)						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
1. RECEITA DE IMPOSTOS		1.350.000,00		38.867,26		
1.1. Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		160.000,00		1.155,39		
1.2. Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Imit Vivos - ITMI		70.000,00		3.612,00		
1.3. Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		654.000,00		9.066,51		
1.4. Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		475.000,00		25.033,16		
2. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		17.055.000,00		2.556.899,66		
2.1. Conta-Parte PPM		12.800.000,00		2.235.983,34		
2.1.1. Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		11.000.000,00				
2.1.2. Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e		1.800.000,00				
2.2. Conta-Parte ICMS		4.000.000,00		303.515,21		
2.3. Conta-Parte PIS/Contribuição		30.000,00		2.665,85		
2.4. Conta-Parte ITR		10.000,00				
2.5. Conta-Parte IPVA		200.000,00		14.735,26		
2.6. Conta-Parte ROP-Cano						
2.7. Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		15.000,00		-		
5. TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)		18.414.000,00		2.595.766,92		
4. TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))		15.000.000,00		511.379,93		
5. VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (1.5) + (1.6) + (1.7) + (1.8) + (1.9) + (2.6) + (2.7))		1.555.500,00		137.561,80		
FUNDEB						
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
6. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		6.250.000,00		951.511,84		
6.1. FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		4.275.000,00		774.908,51		
6.1.1. Principal		4.254.000,00		774.839,68		
6.1.2. Rendimentos de Aplicação Financeira		21.000,00		68,83		
6.2. FUNDEB - Complementação da União - VAAP				178.607,13		
6.2.1. Principal		-		178.607,13		
6.2.2. Rendimentos de Aplicação Financeira		-		-		
6.3. FUNDEB - Complementação da União - VAAT		1.875.000,00		-		
6.3.1. Principal		1.875.000,00		-		
6.3.2. Rendimentos de Aplicação Financeira		-		-		
7. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)		10.726.000,00		263.459,75		
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)						
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)			VALOR			
8. TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB						
8.1. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR						
8.2. SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS						
9. TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)				953.511,84		
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ¹	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
10. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.776.000,00	3.688.000,00	209.621,84	209.621,84	-	
10.1. Educação Infantil	1.540.000,00	718.000,00	50.915,80	50.915,80	-	
10.1.1. Creche	1.540.000,00	718.000,00	50.915,80	50.915,80	-	
10.1.2. Pré-escola	4.250.000,00	2.970.000,00	218.706,04	218.706,04	-	
10.2. Ensino Fundamental	480.000,00	2.000,00	-	-	-	
11. OUTRAS DESPESAS	40.000,00	-	-	-	-	
11.1. Educação Infantil	40.000,00	-	-	-	-	
11.1.1. Creche	40.000,00	-	-	-	-	
11.1.2. Pré-escola	40.000,00	-	-	-	-	
11.2. Ensino Fundamental	40.000,00	2.000,00	-	-	-	
12. TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	6.256.000,00	3.690.000,00	209.621,84	209.621,84	-	
INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA ² (h)	
13. Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	3.688.000,00	209.621,84	209.621,84	3.418.378,16	3.418.378,16	
14. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.000,00	-	-	2.000,00	2.000,00	
15. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAP	-	-	-	-	-	
16. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	
17. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	-	-	-	-	-	
18. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	-	-	-	-	-	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ³	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS AJUSTE (k)	% APLICADO (l)		
19. Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	6.674,58	3.688.000,00	209.621,84	28,28%		
20. Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	-	2.000,00	-	#DIV/0!		
21. Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	-	-	-	#DIV/0!		
INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Mínimo de 10% de Superávit) ⁵	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)		
22. Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	95.351,18	2.736.468,16	683.890,00	71,72%		
INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ⁶	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO BIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO BIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v)
23. Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
23.1. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-	-	-	-	-	-
23.2. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAP + VAAT)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁷	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
24. EDUCAÇÃO INFANTIL	180.000,00	-	-	-	-	
24.1. Creche	180.000,00	-	-	-	-	
24.2. Pré-escola	180.000,00	307.078,50	24.933,18	23.686,38	282.145,32	
25. ENSINO FUNDAMENTAL	2.550.000,00	307.078,50	24.933,18	23.686,38	282.145,32	
26. TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	2.730.000,00	307.078,50	24.933,18	23.686,38	282.145,32	
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL						
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR		
27. TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d) ou e) + L26(d) ou e) + L23.1(i)				576.700,34		
28. (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)				263.459,75		
29. (+) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS ⁸ = (L14h)				2.000,00		
30. (+) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ⁹				135.900,00		
31. (+) CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1(a)) + L34.2(a))				-		
32. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))				175.340,59		
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ^{10,11}						
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (y)	% APLICADO (z)		
33. APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		648.941,73	175.340,59	6,79%		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB ¹²	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad)	
34. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	55.488,33	-	55.488,33	-	-	
34.1. Excedentes com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	55.488,33	-	55.488,33	-	-	
34.2. Excedentes com Recursos do FUNDEB - Impostos	-	-	-	-	-	
34.3. Excedentes com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAP)	-	-	-	-	-	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
35- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)					
35.1- Salário-Educação	870.000,00				49.316,45
35.2- FIDEJ	270.000,00				26.624,49
35.3- PNAE	360.000,00				22.876,40
35.4- PNATE	150.000,00				15,56
35.5- Outras Transferências do FNDE	90.000,00				-
36- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	250.000,00				-
37- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-				-
38- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-				-
39- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.630.000,00				-
40- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	2.750.000,00				49.316,45
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (Por Ação de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41- EDUCAÇÃO INFANTIL	135.000,00	-	-	-	-
41.1- Creche	-	-	-	-	-
41.2- Pré-escola	135.000,00	-	-	-	-
42- ENSINO FUNDAMENTAL	2.665.000,00	1.000,00	-	-	-
43- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
44- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
45- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-
46- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	2.800.000,00	1.000,00	-	-	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	11.780.000,00	3.998.078,50	294.555,02	293.308,22	282.145,32
47.1- Despesa Corrente	10.040.000,00	3.998.078,50	294.555,02	293.308,22	-
47.1.1- Pessoal Ativo	6.637.000,00	3.817.000,00	277.549,67	277.549,67	-
47.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
47.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
47.1.4- Outras Despesas Correntes	3.403.000,00	181.078,50	17.005,35	15.758,55	-
47.2- Despesa de Capital	1.740.000,00	-	-	-	-
47.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
47.2.2- Outras Despesas de Capital	1.740.000,00	-	-	-	-
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDES (a)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (a)			
48- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		143.617,01			27.479,97
49- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)		953.511,84			26.624,49
50- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)		325.110,17			-
51- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		772.018,68			54.104,46
52- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		-			-
53- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		-			-
54- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)		772.018,68			54.104,46

JOSE GONZAGA CARNEIRO
CPF: 076.779.245-10

JOAQUIM GONZAGA DOS REIS
CPF: 076.779.245-10

ANDERSON LUIZ OLIVEIRA PEREIRA
CPF: 048.030.865-29



MUNICÍPIO DE SICHU - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO - 1º BIMESTRE 2021

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ANTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE APRESENTAR O COMPROMISSO DO LIMITE - ANEXO CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE APRESENTAR O COMPROMISSO DO LIMITE - ANEXO		
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICACÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 16 DO PLETO 291/2006	Sólo local	Responsável (contato em Exercício de Referência)
		Sólo Final (sólo aplicável):

	(v)	Emendado (ii)	Limitado (iii)	Paras (iv)	
Revisar a página cancelada em processo em 2011 a serem computadas (XVII) <i>(valor inicial = XVII)</i>		-	-	-	-
Revisar a página cancelada em processo em 2010 a serem computadas (XVIII) <i>(valor inicial igual ao valor final do demonstrativo de exercícios anteriores)</i>		-	-	-	-
Revisar a página cancelada em processo em exercício anteriores a serem computadas (XIX) <i>(valor inicial igual ao valor final do demonstrativo de exercícios anteriores)</i>		-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISTA DIÁRIA	PREVISTA ATUALIZADA (R\$)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Exercício (R\$)	% (Até 1998)
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XVIII)	5.985.000,00	5.985.000,00	104.437,40	1,76
Provenientes da União			176.966,10	2,93
Provenientes dos Estados	3.720.000,00	3.720.000,00	110.290,22	2,97
Provenientes do Distrito Federal	200.000,00	200.000,00	1.181,08	0,59
Provenientes de Outros Municípios			0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO E EXTERNO VINCULADAS À SAÚDE (XXIX)			0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO			0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX + XXVIII + XXV)	6.045.000,00	6.045.000,00	105.628,42	1,76

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTÁVEIS NA CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTÁVEIS NA CATEGORIA MÍNIMO																	
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTÁVEIS NA CATEGORIA MÍNIMO	DOTAÇÃO		DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS PAGAS		DESPESAS PAGAS		Inscritos em Restos a Pagar		
	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXX)	2.500,00	2.514,00	2.500,00	2.514,00	2.500,00	2.514,00	2.500,00	2.514,00	2.500,00	2.514,00	2.500,00	2.514,00	2.500,00	2.514,00	2.500,00	2.514,00	
Despesas Correntes	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXX)	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	
Despesas Correntes	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	804,00	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO E TRIBUTÁRIO (XXXX)	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	
Despesas Correntes	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXX)	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	
Despesas Correntes	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS ATIVIDADES (XXXX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXX)	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	
Despesas Correntes	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	163,00	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	4.058.000,00	

[illegible]



MUNICÍPIO DE ICHU - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO - 1º BIMESTRE 2021

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		Em Real	
RECEITAS					
Previsão Inicial				33.500.000,00	
Previsão Atualizada				33.500.000,00	
Receitas Realizadas				3.348.427,51	
Déficit Orçamentário				-	
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				-	
DESPESAS					
Dotação Inicial				33.500.000,00	
Dotação Atualizada				33.500.000,00	
Despesas Empenhadas				11.610.960,28	
Despesas Liquidadas				1.402.731,45	
Despesas Pagas				1.377.758,65	
Superávit Orçamentário				1.945.696,06	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas				11.610.960,28	
Despesas Liquidadas				1.402.731,45	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida				20.036.560,97	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento				20.036.560,97	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				20.036.560,97	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre			
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
Receitas Previdenciárias Realizadas					
Despesas Previdenciárias Empenhadas					
Despesas Previdenciárias Liquidadas					
Resultado Previdenciário					
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)					
Receitas Previdenciárias Realizadas					
Despesas Previdenciárias Empenhadas					
Despesas Previdenciárias Liquidadas					
Resultado Previdenciário					
NÃO SE APLICA AO MUNICÍPIO					
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação à Meta	
		(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Primário - Acima da Linha		116.000,00	2.014.350,96	17,37	
Resultado Nominal - Acima da Linha		-709.000,00	2.014.864,16	-2,84	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTAS A PAGAR PROCESSADOS		561.993,64	-	114.593,35	447.400,29
Poder Executivo		561.993,64	-	114.593,35	447.400,29
Poder Legislativo		-	-	-	-
Poder Judiciário		-	-	-	-
Ministério Público		-	-	-	-
Defensoria Pública		-	-	-	-
RESTAS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		206.693,19	-	662,00	206.031,19
Poder Executivo		206.693,19	-	662,00	206.031,19
Poder Legislativo		-	-	-	-
Poder Judiciário		-	-	-	-
Ministério Público		-	-	-	-
Defensoria Pública		-	-	-	-
TOTAL		768.686,83	-	115.255,35	653.431,48
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 10% (10%) das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		175.540,59	25%		6,75%
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		3.688.000,00	70%		28,28%
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		2.000,00	50%		#DIV/0!
Mínimo de 10% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		-	15%		#DIV/0!
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado		
Receita de Operação de Crédito		-	-		-
Despesa de Capital Líquida		-	-		-
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias					
Despesas Previdenciárias					
Resultado Previdenciário					
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias					
Despesas Previdenciárias					
Resultado Previdenciário					
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar		
Receitas da Alienação de Ativos		-	-		-
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		-	-		-
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		167.617,78	15%	6,46%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		NÃO SE APLICA AO MUNICÍPIO			

ROSE GONZAGA CAMARGO
Prefeita(a)
CPF: 218.778.365-19

JOSANICE SOARES DOS REIS
Contratada(a)
Insc. Prof.: CFC-BA-200810122

ANDERSON LUIZ OLIVEIRA FREIRE
Técnicos(a)s
CPF: 0463.036.385-23



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 02/2021

Promulga a proposição legislativa número 001/2021 que 'Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios diversos, acordos de parcelamento, reparcelamentos, negociação e renegociação de dívidas com o FGTS, INSS e demais instituições, e dá outras providências', por força do art. 38 da Lei Orgânica deste Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICHU, no uso de suas atribuições jurídicas conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município de Ichu, faz saber, **CONSIDERANDO** a aprovação integral do Projeto de Lei enviado pelo Executivo para a Casa Legislativa Municipal, explicitada no ofício da Presidência da Câmara de número 015/2021, em Sessão Extraordinária do dia 01 de março de 2021, que **RESOLVE**:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei Municipal número 24/2021, oriunda do Projeto de Lei número 001/2021, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art.2º. Publique-se e registre-se.

GABINETE DO PREFEIRO DO MUNICÍPIO DE ICHU

Estado da Bahia, 25 de março de 2021.

JOSÉ GONZAGA CARNEIRO

Prefeito Municipal



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



LEI Nº 24/2021.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
FIRMAR CONVÊNIOS DIVERSOS,
ACORDOS DE PARCELAMENTO,
REPARCELAMENTO, NEGOCIAÇÃO E
RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS COM O
FGTS, INSS E DEMAIS INSTITUIÇÕES, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICHU**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a, cumulativamente, em nome do Município de Ichu, conforme determinações e poderes conferidos:

I - Firmar convênios diversos, parcerias público-privada, acordos – inclusive de cooperação, negociar, renegociar, parcelar, reparcelar débitos em aberto, com órgão, instituições públicas ou privadas, inclusive fundações, associações, e centros estudantis, entidades federativas ou estaduais, Previdência Social – INSS, Caixa Econômica Federal – CEF relativo à dívida havida junto ao fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, buscando os interesses da Administração Municipal e do Município.

II – Contratar e garantir financiamento com instituição financeira, pública ou privada, de qualquer nacionalidade.

III – Promover o empenho das despesas na quantia necessária à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada exercício financeiro em que efetuar a amortização do principal, juros e encargos da dívida.

IV – Conceder poderes irrevogáveis e irretroatáveis a instituições financeiras contratadas, sejam públicas ou mesmo às privadas, de qualquer nacionalidade, para receber os recursos das fontes pagadoras das receitas e transferências mencionadas nos incisos acima, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que for devido por força da operação de crédito de que trata esta lei.



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



IV – Ceder e/ou vincular em garantia dos encargos do financiamento, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro-solvendo, por todo o período de vigência da operação de crédito e até sua liquidação,

V – Consignar como receita no orçamento ou em créditos adicionais, os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento.

VI – Exigir, nos vencimentos das obrigações pactuadas, a quitação dos débitos diretamente às instituições financeiras depositárias.

VII – Abrir créditos suplementares ao orçamento vigente, se necessários, destinados ao pagamento das obrigações decorrentes das operações de crédito e, ainda, abrir crédito especial no valor total, em caso de inexistência de doações orçamentárias próprias para assegurar o pagamento do financiamento autorizado, podendo, se necessário, promover quaisquer modificações orçamentárias.

Art. 2º - O Poder Executivo, para a garantia da avença, fica autorizado a utilizar contas do Fundo de participação dos Municípios – FPM e, alternativamente ou cumulativamente, as receitas provenientes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS de sua titularidade, durante todo prazo da vigência do ajuste e em observância as normas, a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações pertinentes sobre a matéria.

§1º As receitas indicadas no caput, caso extintas ou substituídas, serão trocadas pelas novas, independente de nova autorização.

Art. 3º - O Poder Executivo, durante o prazo do acordo de parcelamento consignará, nos orçamentos anual e plurianual, dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas dos ajustes.

Art. 4º - Até o cumprimento total da dívida o Poder Executivo deverá cumprir os acordos assinados respeitando-se a segurança Jurídica e evitando onerar ainda mais a dívida fundada do Município perante tais órgãos, instituições ou entidades.

Art. 5º - O Poder Executivo obedecerá aos procedimentos exigidos por tais órgãos, instituições ou entidades, desde que não seja de encontro aos interesses da Administração Pública e do Município.



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



Art. 6º - A presente autorização terá validade durante o período administrativo compreendido entre 02 de fevereiro de 2021 até 31 de janeiro de 2022.

Art. 7º – A cópia de cada convenio celebrado será encaminhada no prazo de 90 (noventa) dias para o Poder Legislativo Municipal.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e leis em contrário, inclusive revoga-se todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 01 de fevereiro de 2021.

JOSÉ GONZAGA CARNEIRO
Prefeito Municipal



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 03/2021

Dispõe sobre a Reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB do Município de Ichu-Bahia, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e dá outras providências, por força do art. 38 da Lei Orgânica deste Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICHU, no uso de suas atribuições jurídicas conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município de Ichu, faz saber, **CONSIDERANDO** a aprovação integral do Projeto de Lei enviado pelo Executivo para a Casa Legislativa Municipal, explicitada no ofício da Presidência da Câmara de número 025/2021, em Sessão Extraordinária do dia 23 de março de 2021, que **RESOLVE**:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei Municipal número 25/2021, oriunda do Projeto de Lei número 003/2021, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art.2º. Publique-se e registre-se.

GABINETE DO PREFEIRO DO MUNICÍPIO DE ICHU

Estado da Bahia, 25 de março de 2021.

JOSÉ GONZAGA CARNEIRO

Prefeito Municipal



Município de Ichu
Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



LEI Nº 25/2021.

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS-FUNDEB DO MUNICÍPIO DE ICHU-BAHIA, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REGULAMENTADO NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO do MUNICÍPIO de ICHU - Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação CACS-FUNDEB no Município de ICHU, que fora criado nos termos da Lei Municipal nº 001 de 13 de março de 2007, passa a ficar em conformidade com a Lei Federal nº 14.113/2020, reestruturado de acordo com disposições desta lei.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º- O Conselho a que se refere o art. 1º passa a ser constituído por 15 (quinze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

- a) 02 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 01 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



- f) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.
- g) 01 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);
- h) 01 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;
- i) 02 (dois) representante organizações da sociedade civil;
- j) 01 (um) representante das escolas quilombolas;
- k) 01 (um) representante das escolas do campo.

§1º - Os membros titulares que serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, farão o processo eletivo organizado para escolha do Presidente.

§ 2º - Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

I - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

II - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

§ 3º - A indicação referida no caput deste artigo, para os mandatos posteriores ao primeiro, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato vigente, para a nomeação dos conselheiros que atuarão no mandato seguinte.

§ 4º - São impedidos de integrar o Conselho do Fundeb:

I - cônjuge e parentes, consanguíneos ou afins até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e

IV - pais de alunos que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou
- b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 5º - Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito a voz.

§ 6º - O presidente do conselho será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo gestor dos recursos do Fundo no âmbito do Município.

§ 7º - As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



- a) são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- b) desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;
- c) devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;
- d) desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;
- e) não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Art. 3º. O suplente substituirá o titular do Conselho do Fundeb nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga temporariamente (até que seja nomeado outro titular) nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I – desligamento por motivos particulares;

II – rompimento do vínculo de que trata o § 2º, do art. 2º; e

III – situação de impedimento previsto no § 4º, do art. 2º incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§ 1º - Na hipótese em que o conselheiro titular e/ou suplente incorrerem na situação de afastamento definitivo descrito no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novos representantes para o Conselho do Fundeb.

Art. 4º- Excepcionalmente o primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 5º- O mandato dos membros dos conselhos do Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DO FUNDEB

Art. 6º. Compete ao Conselho do FUNDEB:

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundeb;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



V – aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

VI - outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo Único. O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º- O Conselho do Fundeb terá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos por seus pares.

Parágrafo único - Estão impedidos de ocupar a Presidência e a Vice-presidência os conselheiros designados nos termos do art. 2º, alínea a, desta lei.

Art. 8º- Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do Fundeb incorrer na situação de afastamento definitivo previsto no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 9º- No prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a instalação do Conselho do Fundeb, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 10 -As reuniões ordinárias do Conselho do Fundeb serão realizadas trimestralmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo Único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 11 - O Conselho do Fundeb atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 12- A atuação dos membros do Conselho do Fundeb:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



- b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e
- c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 13 - Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS-FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

II - profissional de apoio para secretariar as reuniões do colegiado.

Art. 14 - O Conselho do Fundeb poderá, por decisão da maioria de seus membros, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias úteis, referentes a:

- a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;
- b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;
- c) documentos referentes a convênios do Poder Executivo com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que são contempladas com recursos do Fundeb;
- d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

- a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;
- b) a adequação do serviço de transporte escolar;
- c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogada as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 001 de 13 de março de 2007, bem como suas alterações propostas pela Lei Municipal nº 019/2011 e pela Lei nº 03 de 28 de março de 2012.



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



Gabinete do Prefeito do Município de Ichu - Bahia, 23 de março de 2021.

JOSÉ GONZAGA CARNEIRO

Prefeito Municipal



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



DECRETO N.º 095, DE 25 DE MARÇO DE 2021.

Nomeia Comissão Técnica destinada a promover a conferência, análise e emitir relatório conclusivo sobre os levantamentos e demonstrativos elaborados pela Comissão de Transmissão de Governo no Município de Ichu – BA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ichu Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que estabelece a legislação vigente e, com fundamento no Art. 6º, inciso IV, da Resolução nº1311/2012 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Técnica para análise das informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais constantes nos levantamentos e demonstrativos elaborados pela Comissão Transmissão de Governo que fora constituída pelo Decreto nº 102/2020, de 25 de novembro de 2020. A Comissão Técnica supramencionada será composta pelos seguintes membros:

- I. Douglas Tainan Oliveira da Silva (Sec. de Adm. e Finanças);
- II. Nicássio Hyllas C. Oliveira (Responsável pelo setor jurídico);
- III. Andreia Mota de Almeida (Chefe da Divisão de Contabilidade);
- IV. Lucas Cedraz Carneiro Oliveira (Chefe da Divisão do Patrimônio).

Art. 2º - A Comissão Técnica descrita no artigo anterior tem como finalidade promover a conferência, identificar e analisar os levantamentos e demonstrativos relacionados as partes orçamentárias, financeira e patrimonial elaborados pela Comissão de Transmissão de Governo e sobre eles emitir relatório conclusivo.

Parágrafo único. O relatório conclusivo mencionado no caput deste artigo deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas dos Municípios e à Câmara Municipal até o dia 31 de março do exercício em curso.

Art. 3º - Sendo identificadas a partir dos exames efetuados, inobservância das normas constantes na Resolução nº 1311/2012 do TCM, ausência de informações



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



que propiciem o conhecimento da situação orçamentária, contábil, financeira e patrimonial do órgão ou informações inverídicas fornecidas pelo gestor anterior, a Comissão referida no artigo 1º deste Decreto, elaborará relatório conclusivo, encaminhando-o ao Prefeito eleito, o qual comunicará o fato à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas dos Municípios, até 31 de março do exercício, para as providências cabíveis.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ICHU, 25 de MARÇO de 2021.

JOSÉ GONZAGA CARNEIRO
Prefeito Municipal



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



DECRETO Nº 96/2021

Altera o Decreto número 89/2021 que estabelece medidas protetivas de combate à Pandemia do COVID-19 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ICHU**, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista a Lei Federal n.º 13.979 e o Decreto n.º 20.260 de 02 de março de 2021 do Estado da Bahia,

DECRETA

Art.1º. O Decreto número 89, de 16 de março de 2021, deste Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º. Fica estipulado o toque de recolher neste Município, entre a presente data e o dia cinco de abril de dois mil e vinte e um, entre às 18h e 05h.”

..... (NR)

“Art.10. Ficam proibidas a realização de festas, encontros, formaturas, casamentos, partidas de futebol (mesmo não oficiais), atividades físicas coletivas, festas de cavalo, encontros de motos, confraternizações de amigos, banhos em aguadas, tanques e açudes, ou qualquer outra atividade que gere aglomeração de pessoas.”

..... (NR)

“Art.3º.....

Parágrafo único – Fica vedada a comercialização de bebidas alcóolicas, por todo e qualquer comércio, mesmo que por sistema de entrega (*delivery*) no período das 18h de 26 de março até às 05h de 29 de março de 2021”(NR)

“Art.4º.

Parágrafo único – Não havendo a possibilidade de limitação de ocupação da feira livre, fica restrita a comercialização, nesta modalidade, apenas aos munícipes, devendo o comerciante apresentar comprovante de residência atualizado para poder montar sua barraca.”

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ICHU.
Ichu – Bahia, 18 de março de 2021.

JOSÉ GONZAGA CARNEIRO
Prefeito Municipal



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



PORTARIA N.º 21, DE 25 DE MARÇO DE 2021.

Designa Comissão destinada a promover identificação dos bens patrimoniais do Município de Ichu - BA, com base no Relatório Conclusivo de Transmissão de Governo (GESTÃO 2017 – 2020 e 2021 -2024) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ICHU, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece a legislação vigente, e as normas das Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os servidores descritos a seguir, para, sob a presidência do primeiro, constituírem COMISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO DOS BENS PATRIMÔNIAIS DO MUNICÍPIO DE ICHU- BA:

- I. Journey Araújo Almeida (Diretor de Controle Interno);
- II. Antonio Douglas Ferreira Queiroz (Auxiliar Administrativo);
- III. Lucas Cedraz Carneiro Oliveira (Chefe da Divisão do Patrimônio).

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior tem como finalidade identificar e analisar:

I – Inventário físico e financeiro:

a) dos bens móveis e imóveis do Município de Ichu – BA, conforme inventário encaminhado pela Comissão de Transmissão de Governo, através de Relatório Conclusivo de Transmissão de Governo (GESTÃO 2017 – 2020 e 2021 -2024);

b) dos materiais de consumo, estocados no almoxarifado em 31.12.2020;

Art. 3º – A Comissão supramencionada apresentará relatório após a análise dos documentos apresentados, quanto aos resultados da verificação quantitativa e qualitativa dos bens móveis e imóveis, bem como dos materiais de consumo, fazendo, nele constar todas as informações que entenderem necessárias, inclusive quanto ao levantamento, depreciação patrimonial e baixa dos bens, em conformidade com as legislações pertinentes à matéria.



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



Art. 4º – A Comissão deverá promover estreita articulação com os agentes públicos responsáveis pela guarda, manutenção e conservação dos bens e materiais de consumo e coordenará as ações relativas a:

I - verificação da existência física e da localização dos equipamentos e materiais permanentes, de acordo com a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal.

II - levantamento da situação e estado de conservação dos bens permanentes e das condições de armazenagem dos materiais de consumo.

III - conciliação dos bens permanentes e materiais de consumo registrados e consolidação dos dados levantados;

IV - apuração de qualquer irregularidade ocorrida com o bem permanente e com o material de consumo de acordo com as normas legais pertinentes

Art. 5º – Os titulares, dirigentes e encarregados de órgãos/unidades/departamentos/setores, serão responsáveis pela prestação das informações solicitadas pela Comissão de Inventário, sobre o acervo patrimonial dos respectivos órgãos/unidades/departamentos/setores, sem prejuízo da corresponsabilidade dos agentes indicados.

Art. 6º – A Comissão é também competente para:

I - Cientificar à Chefia para que esta providencie a notificação a todos os envolvidos, com antecedência necessária da data marcada para o início dos trabalhos, a fim de viabilizar o acesso aos locais em inventário;

II - Solicitar o livre acesso em qualquer recinto, para efetuar levantamento e vistoria de bens;

III - Solicitar a Detentor de bem patrimoniais elementos de controle interno e outros documentos necessários aos levantamentos;

IV - Requisitar servidores, máquinas, equipamentos, materiais e tudo mais que for necessário ao cumprimento das tarefas da Comissão;

V – Identificar a situação patrimonial e o estado de conservação dos bens inventariados, discriminando em relatório, os suscetíveis de desfazimento, para ciência do Controle de Patrimônio;

VI - Propor à Chefia a apuração de irregularidades constatadas;

VII - Relacionar e identificar com numeração própria, os bens que se encontram sem o número de patrimônio ou sem o devido registro patrimonial para as providências cabíveis;

VIII – Propor a baixa de bens considerados inservíveis ou não localizados que possam como tal ser considerados levando em conta o tempo de vida útil, desgaste ou obsolescência.

Art. 7º - Fica vedada a movimentação de bens permanentes, até que seja cumprido o prazo estabelecido para a execução dos trabalhos da Comissão.

Art. 8º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



ICHU, 25 de MARÇO de 2021.

JOSÉ GONZAGA CARNEIRO
Prefeito Municipal



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



PORTARIA Nº 25/2021

Determina aos Guardas Municipais e à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos o cumprimento do Capítulo V do Código de Postura deste Município, implementado pela Lei Municipal nº 11/2009.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ICHU**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal número 11/2009 – que institui o Código de Postura Municipal

CONSIDERANDO as inúmeras queixas populares sobre o livre trânsito de semoventes nas ruas, praças e aminhos públicos da zona urbana desta cidade;

CONSIDERANDO que os animais em trânsito representam diversos perigos aos transeuntes e ao trânsito;

CONSIDERANDO que os animais estão a denegrir as plantas das praças e, portanto, o paisagismo da cidade;

CONSIDERANDO a regulamentação que o Código de Postura Municipal institui sobre o tema no seu Capítulo V;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinado aos Guardas Municipais e à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos o recolhimento de animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos nas proximidades da zona urbana dessa cidade.

§1º. A Secretaria em voga deve, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) dispor de agentes para esta finalidade.

Art.2º. Os semoventes recolhidos devem ser mantidos por sete dias nas instalações anexas ao edifício da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, sob a guarda e responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Art.3º. Em conformidade com o artigo 96 do supramencionado Código, não sendo retirado o animal com o devido pagamento de multa e estadia, deverá a Secretaria em destaque proceder hasta pública no local de guarda dos animais, obedecendo o procedimento legal.

§1º. Os técnicos da Secretaria deverão, no oitavo dia de guarda, publicar no diário a realização da hasta pública dos animais que se encontram sob sua guarda.



Município de Ichu

Rua Roque Ferreira da Silva, 43 – Bairro Cruzeiro
CNPJ – 13.906.151/0001-55 – CEP - 48.725.000
Tel: (75) 3684-2383 – e-mail: ichuprefeitura@gmail.com



§2º. Uma vez publicado o edital não será possível a retirada dos animais de maneira regular, mediante pagamento das taxas e multas.

Art. 4º. Para a retirada dos animais pelos seus proprietários, é necessária a prova de domínio sobre os semoventes.

Art.5º. Sendo possível a retirada do animal no prazo legal, deve o agente municipal aplicar a multa de 20 UFIR recolhida mediante documento de arrecadação competente, cuja compensação é necessária para a efetiva liberação.

Art. 6º. A presente Portaria entrará em vigor com a sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ichu – Bahia, 25 de março de 2021.

JOSÉ GONZAGA CARNEIRO
Prefeito Municipal

CORONAVÍRUS

CONHEÇA E PREVINA-SE



SINTOMAS

- Tosse
- Coriza
- Febre alta
- Dor de cabeça
- Dor de garganta
- Dificuldade de respirar

PREVENÇÃO



Evitar aglomerações
e contato com
pessoas doentes



Higienizar as mãos
com frequência



Cobrir a boca e nariz
ao tossir e espirrar



Usar máscara,
se necessário